

**MENSAGEM Lei 029/2019**

Sr. Presidente,


No ensejo de mais uma vez cumprimentá-lo, cuja saudação estendemos aos demais integrantes deste Egrégio Parlamento Municipal, sirvo-me do presente para encaminhar Mensagem, com Projeto de Lei que Altera o art. 9º da Lei Municipal nº 2.227, de 12 de maio de 2008, a qual cria os cargos públicos efetivos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias e dá outras providências. O Projeto de Lei, sobre o qual nos debruçamos, é uma importante ferramenta, porquanto representa a regulamentação do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Não obstante vale salientar que as alterações sofridas na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a qual rege as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, introduzidas pela Lei nº 13.342, de 2016;

Por tudo, conto com a sensibilidade e a colaboração dos Nobres Vereadores para que aprovem esse Projeto de Lei, a fim de que possamos, conjuntamente, construir uma cidade mais equitativa, do ponto de vista da segurança pública.

Desse modo, Senhor Presidente, tendo em vista a relevância e o interesse público de que se reveste o Projeto de Lei que ora se encaminha a essa casa Legislativa, urge salientar a importância para o município a apreciação desta casa antes do recesso legislativo. Valendo-me do ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares as expressões do meu melhor apreço.

São Lourenço da Mata, 29 de novembro de 2019



**BRUNO GOMES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO**



**Glória Rejane de Moura**  
**Secretária Legislativa**  
**Câmara Mun. de S. Lourenço da Mata / PE**

AO

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
SÃO LOURENÇO DA MATA/PE – CASA JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA. Sr. **CICERO  
PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR**



PREFEITURA DE  
**São Lourenço  
da Mata**

*Um novo tempo para nossa cidade*

*Projeto de Lei n° 098/2019*

## PROJETO DE LEI N°029 /2019

*Altera o art. 9º da Lei Municipal nº 2.227, de 12 de maio de 2008, a qual "cria os cargos públicos efetivos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias e dá outras providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**CONSIDERANDO** as alterações sofridas na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a qual rege as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, introduzidas pela Lei nº 13.342, de 2016;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequar a legislação municipal às normas de caráter geral;

**Art. 1º** - O art. 9º da Lei nº 2.227, de 12 de maio de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 9º** - O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo Federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento-base, nos termos desta Lei.

**§1º** - A percepção de adicional de insalubridade dar-se-á, respectivamente, nos percentuais de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, estabelecidos na NR-15 e seus anexos, instituída pela Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978

2

§2º - O órgão competente do Poder Executivo municipal fica obrigado a elaborar, no prazo de 12 (doze) meses contados da publicação desta Lei, o Laudo de Insalubridade, documento que avalia o quanto os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias trabalham expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos acima dos limites de tolerância capazes de causar danos à sua saúde, tendo como base a Norma Regulamentadora NR-15 do Ministério do Trabalho, atualmente Ministério da Economia.

§3º - Fica assegurado aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias a percepção do Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), desde 01 de janeiro de 2019 até a conclusão do Laudo de Insalubridade a que se refere o §2º, assim como, do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Trabalho), conforme exigência estabelecida no § 1º, do art. 58, da Lei 8213/91, com a redação dada pela Lei 9732/98.

**Art. 2º** - Ficam revogados os dispositivos da Lei nº 2.227, de 12 de maio de 2008 que contrariem o disposto nesta Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 29 de novembro de 2019.



**BRUNO GOMES DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal